



**MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Chefe Gabinete

Ofício:050/2021-GAB.

Tamarana, 13 de ABRIL de 2021.


Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 37 e 29, inciso I, ambos da Lei Orgânica Municipal, servimo-nos do presente para solicitar **URGÊNCIA** na apreciação, bem como, convocar **Sessão Extraordinária**, para votação do Projeto de Lei que "*Autoriza o Executivo Municipal a conceder a revisão anual sobre o salário base dos servidores públicos efetivos desta municipalidade, em consonância com os princípios gerais de direito*", sendo que está anexo, inclusive, a tabela de Impacto Orçamentário, para melhor clareza do mesmo.

Na certeza de contar com a indispensável colaboração dos nobres Edis, uma vez que o Projeto enviado é de grande interesse dos servidores públicos municipais, que terão a atualização de seus vencimentos e salários, coloco-me à inteira disposição de Vossa Senhoria para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários.

Atenciosamente,

  
**LUZIA HARUE SUZUKAWA**  
**PREFEITA**

Excelentíssimo Senhor

**SILVANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Presidente da Câmara Municipal de Tamarana

Nesta.

**RECEBIDO**

EM: 13/04/21

  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

*Considerando a necessidade de atualizar os vencimentos e salários dos servidores públicos municipais, haja vista que a última atualização ocorreu através da Lei 1.391/2020, de 16/01/2020, e que levou em consideração a variação do INPC de 4,48%;*

*Considerando a diminuição do poder aquisitivo dos vencimentos e salários em relação ao salário mínimo nacional estipulado pelo Governo Federal;*

*Considerando que o índice com a Despesa Total com Pessoal - DTP - apurado junto ao Tribunal de Contas do Estado no mês de Dezembro/2020, foi de 50,16%;*

*Considerando que o inciso X, do Art. 37 da Constituição Federal assegura a Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos, cujo escopo é atualizar o poder aquisitivo e garantir a irredutibilidade real dos vencimentos;<sup>1</sup>*

A Administração Pública Municipal, respeitando as diretrizes constitucionais acima elencadas, tem condições de conceder revisão geral salarial de 4,52% (quatro inteiros e cinquenta e dois décimos por cento), para os servidores efetivos.

O índice de 4,52% refere-se a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - acumulado no período de janeiro/2020 a dezembro/2020, não havendo ganho real, apenas garantindo o irredutibilidade dos vencimentos dos servidores públicos.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Acórdão nº 293/21 - Tribunal Pleno - assim decidiu: *a recomposição inflacionária prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal (CF/88) - revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios dos agentes políticos - é permitida durante o estado de calamidade pública decretado em função da pandemia de Covid-19, até 31 de dezembro de 2021.*

<sup>1</sup> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)"





## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

*Isso porque o reajuste não é vedado pelas disposições do artigo 8º, I, da Lei Complementar (LC) nº 173/20, que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.*

Assim, a fim de garantir o bom funcionamento do serviço público, esperamos a pronta apreciação e aprovação deste Projeto de Lei, o qual necessita que seja discutido e votado em REGIME DE URGÊNCIA, na forma da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 (treze) dias do mês de abril de 2021  
(dois mil e vinte e um).

Atenciosamente,

**LUZIA HARUE SUZUKAWA**  
**Prefeita Municipal**



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### PROJETO DE LEI Nº 006 DE 13 DE ABRIL DE 2021

<b>ENCAMINHA-SE À COMISSÃO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Justiça, Finanças, Legislação e T. Contas
<input type="checkbox"/>	Educação, Saúde e Assistência Social
<input type="checkbox"/>	Agricultura, Indústria e Comércio
<input type="checkbox"/>	Viação, Obras Públicas e Transportes
Em <u>12/04/21</u>	Presidente:
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA</b>	

*Autoriza o Executivo Municipal a conceder a revisão anual sobre o salário base dos servidores públicos efetivos desta municipalidade, em consonância com os princípios gerais de direito.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA DO MUNICÍPIO SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo do Município de Tamarana, autorizado a **CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL** de **4,52%** (quatro inteiros e cinquenta e dois décimos por cento), sobre o salário base dos Servidores Públicos Municipais de Tamarana, compreendendo o quadro de pessoal estatutário, celetista, celetista contratado através de convênios, com efeitos retroativo a competência de Janeiro/2021.

**Parágrafo único.** A revisão geral anual prevista no *caput* refere-se à variação do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) apurada no período de Jan/2020 a Dez/2020.

**Art. 2º** - Fica garantido a aplicação do Piso Salarial dos Agentes de Saúde, no valor de R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme previsão de reajuste escalonado, no âmbito nacional, por intermédio da portaria nº 3.317/2020, cujos termos foram fixados pela lei federal nº 13.708/2018.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, por Decreto, Crédito Adicional Suplementar, se necessário.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

PAÇO MUNICIPAL, aos 13 (treze) dias do mês de abril de 2021  
(dois mil e vinte e um).

**LUZIA HARUE SUZUKAWA**  
*Prefeita Municipal*

<b>1ª DISCUSSÃO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REPROVADO
Por: <u>8</u>	X <u>0</u>
Em <u>26/04/21</u>	
Presidente: <u>[assinatura]</u>	
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA	

<b>2ª DISCUSSÃO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> REPROVADO
Por: <u>8</u>	X <u>0</u>
Em <u>26/04/21</u>	
Presidente: <u>[assinatura]</u>	
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA	





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro no exercício em vigor e nos dois subseqüentes

### DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
Receita Corrente Líquida	40.525.977,76	42.811.314,00	45.573.313,42	48.171.548,41
Projeção Despesa Pessoal	20.328.176,01	21.740.000,00	23.374.848,00	25.132.636,57
Índice Real/Projeto Dezembro	50,16%	50,78%	51,29%	52,17%

Para realização do cálculo, no que diz respeito à **Receita Corrente Líquida - RCL**, utilizou valores constantes estimado na Lei Municipal nº 1431 de 23/09/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentária LDO – do anexo da Receita Corrente Líquida para os exercícios 2021, 2022 e 2023.

Quanto à projeção **Despesa Pessoal**, levou em consideração o gasto realizado em Março/2021, aplicou o índice de 4,52% para o exercício corrente assim como o Piso Salarial dos Agentes de Saúde, e 7,52% aos subseqüentes, já que além da reposição existe anuênio e avanço na carreira dos servidores previsto na legislação.

Vale lembrar que a Estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro na LRF tem exceção à regra conforme consta do §6º do art. 17, o qual **não se aplica** às despesas reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

Tamarana 13 de abril de 2021.

  
Luzia Harue Suzukawa  
PREFEITA

  
Aparecida Yoko Nakaoka Rochedo -  
SECRETÁRIA DE FAZENDA

  
Saulo Ribeiro Rodrigues  
CONTADOR